



**DIFERENTES CONCEPÇÕES ACERCA DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO:  
SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO OU COMPLEXO IDEOLÓGICO?**

**DIFFERENT CONCEPTIONS ABOUT THE SOCIAL SIGNIFICANCE OF THE  
PROFESSION: SOCIAL WORK AS A JOB OR AN IDEOLOGICAL COMPLEX?**

Elida Janaina Barbosa Rodrigues Pimentel<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva discorrer a respeito das diferentes concepções acerca do Serviço Social, desenvolvidas a partir do processo de redemocratização do país. O entendimento de que o Serviço Social equipara-se à categoria Trabalho (em Marx) é a mais aceita atualmente no interior da categoria profissional, mas não é a única concepção contemporânea da natureza da profissão. Observou-se, a partir dos anos 1990 que estudiosos do pensamento de Lukács passaram a conceber o Serviço Social como sendo mais próximo de um complexo ideológico, colocando a discussão em pauta. Aventar ambas as concepções, e seus argumentos, faz-se necessário a partir de então, justamente porque pensar a natureza da profissão torna os profissionais que fazem parte dela mais cômicos do que esta pode representar e almejar na prática cotidiana.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Trabalho. Complexo ideológico.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the different conceptions of Social Work that have developed since the country's re-democratization process. The understanding that Social Work is equivalent to the category of Labor (in Marx) is currently the most accepted within the professional category, but it is not the only contemporary conception of the nature of the profession. From the 1990s onwards, scholars of Lukács' thought began to conceive of Social Work as being closer to an ideological complex, putting the discussion on the agenda. It is necessary to consider both conceptions and their arguments from now on, precisely because thinking about the nature of the profession makes the professionals who are part of it more aware of what it can represent and aspire to in everyday practice.

**Keywords:** Social Work. Labor. Ideological complex.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS - UFAL). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas István Mészáros (GEP-MESZ), e ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). ORCID: [0009-0000-8289-9758](https://orcid.org/0009-0000-8289-9758). E-mail: [elida.rodrigues@fsso.ufal.br](mailto:elida.rodrigues@fsso.ufal.br).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a respeito das duas concepções acerca do significado social do Serviço Social: uma que afirma ser a profissão equivalente à categoria trabalho (em Marx), e outra que assevera que o Serviço Social seria, ao contrário, um complexo ideológico, baseado nas concepções de Lukács. Este debate foi construído ao longo da década de 1990 no Brasil, como resultado do processo de redemocratização no país, e da luta contra o conservadorismo profissional empreendido pelos assistentes sociais. Por ser uma discussão polêmica, merece destaque por parte dos pesquisadores da área.

Dada a natureza do referido objeto, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental. Foram consultados documentos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como textos que versam sobre o significado social do trabalho do assistente social a partir de interpretações diversas. O corpo do texto foi dividido em três itens: o primeiro aborda a visão predominante no interior do Serviço Social, de que o Serviço Social pode ser equiparado ao trabalho, no sentido ontológico marxiano. O segundo item trata do processo de aproximação do Serviço Social ao pensamento lukácsiano, em especial às categorias Trabalho e Ideologia. O terceiro e último item discorre a respeito da aproximação entre Serviço Social e complexo ideológico, formulação ainda pouco explorada no interior da categoria profissional.

## AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E O ENTENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO

A temática sobre a qual nos debruçaremos neste artigo dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social de 1996, elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Neste documento está expresso o entendimento hegemônico da categoria profissional em relação à concepção de profissão que se quer fomentar nos cursos de Serviço Social, entendendo-

a como tendo sido originada da divisão social e técnica do trabalho, fato que culminou na identidade da profissão com o próprio trabalho - no sentido ontologicamente expresso em Marx.

As Diretrizes Curriculares de 1996 são fruto de uma série de acontecimentos, que influenciaram seu conteúdo e processo de formulação. O cenário deste debate começou a ser delineado a partir da crítica ao conservadorismo profissional na segunda metade dos anos de 1960. Esta crítica expressou-se, a nível latino-americano, no Movimento de Reconceituação, que permitiu que a profissão superasse o tradicionalismo, questionando sua intervenção na realidade, bem como sua contribuição na superação do subdesenvolvimento comum a todos os países latinos. Conforme afirmam Iamamoto e Santos (2021, p. 43),

A Reconceituação expressa a insurgência acadêmica e política de estudantes, jovens docentes e "assistentes sociais de campo" contra a inoperância do Serviço Social tradicional (NETTO, 1976, 2005), típico transplante do Serviço Social norte-americano, com fortes traços empiristas e pragmáticos. Reage-se ao trabalho cotidiano do/a assistente social enredado nas malhas da ação burocrática, rotineira, assistemática, de raiz funcionalista voltada à adaptação e/ ou integração dos indivíduos, grupos e comunidades à sociedade instituída. Recusam-se, ao mesmo tempo, concepções clássicas do Serviço Social de raízes franco-belgas e norte-americanas, condensadas no Serviço Social de Casos (SSC), no Serviço Social de Grupos (SSG) e na Organização e Desenvolvimento de Comunidade (OC e DC), balizados pela ONU.

No Brasil, esta crítica ao conservadorismo vai se firmar no trânsito dos anos de 1970 a 1980, devido ao enfraquecimento das bases de sustentação da ditadura militar instituída em 1964. A partir dos anos 80, demandas populares e democráticas que vinham sendo reprimidas durante a ditadura militar foram reivindicadas, dentre elas, mobilizações e reorganização dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais, o ingresso à cena política de movimentos populares, reativação da vida cultural, dentre outros. É neste contexto que no Serviço Social também se manifestam algumas modificações importantes:

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição - a condição política - para a constituição de um novo projeto profissional (NETTO, 2006, p. 150).

Apesar de a influência crítica do Movimento de Reconceituação ter se expressado no Brasil concomitantemente à institucionalização de ditaduras militares por toda a América Latina (encerrando nesses territórios a possibilidade de desenvolvimento pleno das correntes à esquerda), o período de redemocratização permitiu que se estabelecesse um diálogo com o marxismo – inicialmente tímido, mas que foi se adensando com o passar do tempo<sup>2</sup>. Principalmente a partir da década de 1980, a vertente de Intenção de Ruptura deu as bases para a formação do atual projeto profissional hegemônico da profissão, cuja formação engloba os elementos teóricos, éticos e políticos do Serviço Social. Ainda nos anos de 1980, o debate sobre a formação profissional ganhou destaque. Como enfatiza Netto (2006, p. 153),

Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da “questão social” exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender. Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com *eficácia e competência*, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo *perfil profissional*.

A primeira proposta curricular direcionada a este intento foi formulada pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)<sup>3</sup> em 1979, e aprovada pelo MEC em 1982 “em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do Movimento de reconceituação latino-americano” (IAMAMOTO, 2014, p. 614). O Currículo Mínimo de 1982 foi fruto de uma construção coletiva da categoria profissional, cujo avanço na perspectiva crítica foi inegável, apesar de frágil. De inspiração gramsciana, já colocava

---

<sup>2</sup> A Renovação do Serviço Social no Brasil não foi um movimento homogêneo, sendo marcado pela constituição de três tendências no seio da profissão: a vertente Modernizadora, a da Reatualização do Conservadorismo, e a vertente de Intenção de Ruptura. Destas, apenas a última apresentou um ideário crítico, marcadamente marxista. As demais foram estruturadas no interior do pensamento conservador.

<sup>3</sup> Em 1979, após o Congresso da Virada, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) assumiu o compromisso de “coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social” (ABEPSS, s.d.). Em 1996, esta instância representativa da categoria profissional passou por outra mudança de nomenclatura, sendo a partir de então denominada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esta mudança foi estimulada pela defesa da indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pela articulação entre o ensino da graduação e da pós-graduação, bem como pela necessidade de explicitar a natureza científica da formação profissional por meio do fomento da produção acadêmica e de grupos de pesquisa.

a direção social da formação e da prática profissional, comprometendo-se com a classe trabalhadora. Contudo, apresentou fragilidades no que diz respeito à forte presença do ecletismo teórico, e na construção teórica a respeito da ética profissional.

Num processo de discussão contínua, a profissão passou a ter um acumulado mais robusto de elementos para propor uma nova revisão curricular na década de 1990. Esta nova revisão curricular contou igualmente com a participação da coletividade dos assistentes sociais, realizando-se entre 1994 e 1996 uma ampla rodada de debates com a base da categoria profissional, totalizando aproximadamente 200 oficinas locais, 25 oficinas regionais, e 2 oficinas nacionais. Neste processo, buscou-se superar as inconsistências do Currículo Mínimo de 1982.

Dentre as inovações das Diretrizes Curriculares de 1996, temos o conteúdo da formação profissional estruturado em três núcleos temáticos: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; e c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional. Nosso interesse reside, pois, na análise deste último núcleo, que traz o entendimento do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo. As afirmações aí contidas tomam a produção marxiana como base de sustentação, o que faz necessário retornarmos a alguns conceitos fundamentais presentes neste autor, mesmo que resumidamente. Sobre a categoria trabalho, diz ele:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade viva, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida (MARX, 1988, p. 142).

Para Marx (1988, p. 143), existem alguns elementos inerentes ao processo de trabalho, quais sejam “a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. Os objetos de trabalho podem ser aqueles imediatamente fornecidos pela natureza, aos quais não se faz necessário acrescentar nenhuma intervenção humana (os peixes de um rio, a madeira da floresta, o minério existente do filão, por exemplo),

ou ainda aqueles que já passaram por um processo de transformação pela ação da mão humana, aos quais o autor denomina de matéria-prima. Ou seja, é considerada matéria-prima o “objeto de trabalho [*que*] já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior”. Dessa maneira,

Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho (MARX, 1988, p. 143).

Já os meios de trabalho, ou seus instrumentos, são descritos como sendo

[...] uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo (MARX, 1988, p. 143).

Ao impor uma intencionalidade ao objeto sobre o qual se dirige, através dos meios ou instrumentos de trabalho, está concretizado aí o processo de trabalho para Marx. Dessa maneira,

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso, uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma (MARX, 1988, p. 144).

Com base nesta visão marxiana a respeito do trabalho, as Diretrizes Curriculares de 1996 afirmam que o Serviço Social apresenta todos os elementos que caracterizam a categoria trabalho para Marx, ou seja, trabalho no sentido ontológico:

Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas (ABEPSS, 1996, p. 12).

Ao compreender o Serviço Social como trabalho tal como o caracteriza Marx (ou seja, dotado de objeto/ matéria-prima, meios de trabalho, e um produto), as Diretrizes Curriculares de 1996 afirmam que é preciso considerar a ação profissional no interior das condições e relações sociais historicamente estabelecidas, quais sejam: os organismos empregadores das esferas públicas e privadas, os usuários dos serviços por ele prestados, os recursos materiais, humanos e financeiros empregados para a efetivação da sua prática profissional, e a articulação do assistente social com o conjunto dos demais trabalhadores, enquanto participe do trabalhador coletivo. Nas palavras de Iamamoto (2014, p. 620, grifos da autora):

No processo de construção das diretrizes curriculares, o núcleo teórico estruturante dessa análise foi a *centralidade do trabalho* na conformação das atividades desse segmento especial de trabalhadores assalariados: os assistentes sociais [...].

As proposições encontradas nas Diretrizes Curriculares de 1996 tornaram a relação de igualdade estabelecida entre Serviço Social e trabalho a tese dominante de entendimento do significado social da profissão. A partir deste marco, inúmeras publicações corroboraram esta tese, fortalecendo-a no interior da categoria profissional. Nesse sentido, passou-se a compreender que a profissão é

[...] portadora de trabalho humano indiferenciado, *trabalho humano abstrato, analisado na óptica de sua qualidade, parte do trabalho social médio*, que participa na produção e/ ou distribuição da mais-valia socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais (IAMAMOTO, 2010, p. 214, grifos da autora).

Entretanto, apesar de hegemônica, esta não é a única forma de compreender o significado social do Serviço Social. Ao final dos anos 1990 novos estudos foram desenvolvidos no sentido de deslindar a relação entre Serviço Social e trabalho, a fim de compreender qual o lugar da profissão no interior da reprodução desta forma de sociabilidade. Nesse sentido, é à análise deste ponto que debruçaremos a nossa atenção

nos itens que se seguem, com a intenção de explorar a tese desenvolvida por Costa<sup>4</sup> (2011) segundo a qual o Serviço Social não se enquadra na categoria trabalho. Contrária à ideia de que o Serviço Social equipara-se à categoria trabalho em Marx, que aparece explicitamente nas Diretrizes Curriculares de 1996, a tese de Costa argumenta que o Serviço Social funciona como complexo ideológico, apoiando-se na leitura da obra de Lukács.

## APROXIMAÇÃO ÀS CATEGORIAS TRABALHO E IDEOLOGIA

A discussão a respeito da categoria trabalho não é um movimento exclusivo do Serviço Social. Este tema foi fomentado no interior das Ciências Sociais como um todo a partir da segunda metade da década de 1980<sup>5</sup>, em muito motivado pela diversificação das atividades sociais, pelo desemprego, e pela profunda crise econômico-social que atingiu o capitalismo. O Serviço Social apareceu como um receptor dos reflexos destes problemas. Daí a categoria trabalho tornar-se, inclusive, norteadora na formação profissional na nova proposta das Diretrizes Curriculares de 1996.

A aproximação entre Serviço Social e trabalho, de um lado, abriu um novo campo de debates para a profissão. Introduziu, em nível crescente, os fundamentos ontológicos marxianos, configurando um novo impulso à apreensão teórica da vida em sociedade, além do significado social do Serviço Social na sociedade capitalista. Igualmente, alçou os estudos realizados pelos assistentes sociais à compreensão de temas para além do endógeno, instigando novos questionamentos a respeito do modo de funcionamento desta forma de sociabilidade, cujas reflexões produzidas podem contribuir nas questões referentes ao ser social enquanto totalidade. Por outro lado, a relação de identidade atribuída entre Serviço Social e trabalho pôde ser contestada graças a este mesmo

---

<sup>4</sup> A ideia desenvolvida pela autora foi exposta pela primeira vez por ocasião de sua defesa de dissertação de mestrado, intitulada "*Trabalho e Serviço Social: debate sobre as concepções de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de G. Lukács*" (UFPE, 1999). Posteriormente, este texto foi publicado pela EDUFAL com o título "*Serviço Social em Debate: ser social, trabalho, ideologia*", do qual nos utilizamos neste trabalho.

<sup>5</sup> Dentre os autores que tiveram maior destaque no fomento desta discussão, destacam-se Gorz ("*Adeus ao Proletariado - para além do socialismo*", 1987), Habermas ("*Teoria da Ação Comunicativa*", 1987), Lojkin ("*A Revolução Informacional*", 1995), e Antunes ("*Adeus ao Trabalho?*", 1995).



movimento. De acordo com a apreensão marxiana do método dialético (de incorporar conhecimentos produzidos, elaborar a crítica, e trazer as imprecisões à tona), os movimentos de apreensão do real são

[...] imprescindíveis para que a investigação produzida adquira um significado importante se a propensão do Serviço Social tem sido a de inserir-se na seara do conhecimento humano das relações sociais, porque aí se revela um momento da objetividade social e, neste sentido, a investigação e o debate entre distintas perspectivas é fundamental (COSTA, 2011, p. 18).

Nesse sentido, a produção de Costa (2011) tem a particularidade de ser "o primeiro texto que se voltou contra a identificação de Serviço Social e trabalho" (LESSA, 2022, p.14). A autora bebe na fonte da tradição marxista ao aproximar-se da obra da maturidade de Lukács - *"Para a Ontologia do Ser Social"* - para fundamentar a sua análise. Segundo ela,

O trabalho já tinha sido pensado desde os gregos até Hegel com bastante proximidade do real, mas coube a Marx sua apreensão no preciso sentido ontológico materialista no qual Lukács se apoia para divisar os momentos essenciais (COSTA, 2011, p. 31).

Lukács fundamenta a ideia de que a categoria trabalho exerce um papel de destaque na determinação da especificidade do ser social. E é justamente por causa disso que todos os fenômenos sociais, direta ou indiretamente, pressupõem o trabalho como sua base ontológica de ser. Surgidos no seio do complexo social, os atos do trabalho remetem para além de si mesmos. Diferente da esfera orgânica - cujos processos reprodutivos tendem para a preservação da vida biológica e na qual as mudanças bruscas que ocorrem neste meio são ditadas exclusivamente por estímulos externos, tais como modificações radicais no meio ambiente - a reprodução do ser social implica mudanças internas e externas incessantes. Mas apesar de o trabalho ser a esfera que funda a sociabilidade, a totalidade social não se resume a ele. O trabalho existe no interior da sociabilidade, em uma relação reflexiva com outras categorias do ser social (como a fala, a linguagem, a ciência, a ideologia, etc.), integrando o que Lukács

denomina como complexo de complexos, ou seja, uma unidade dinâmica de diversos, cujas particularidades internas apresentam determinações concretas diferentes.

Costa (2011) chama atenção para os momentos fundamentais do processo de trabalho: a causalidade, a teleologia, e a objetivação/ exteriorização<sup>6</sup>. A causalidade está ligada à objetividade material que obedece às leis naturais, alheias e independentes da consciência humana. Ao pôr em movimento do processo de trabalho, a natureza (ou como diz Lukács, a causalidade dada) "se subordina a determinadas posições teleológicas, adquirindo novas formas e relações que a tornam causalidade posta (realidade social)" (COSTA, 2011, p. 36), ou seja, resultado da relação do homem com o ato da produção. A teleologia, por sua vez, torna a categoria trabalho uma particularidade exclusiva do mundo dos homens. É uma categoria ontológica objetiva e central, entendida como

[...] momento singular e abstrato em que a consciência projeta idealmente a construção de um novo ser e deve concretizá-lo numa interação com a causalidade. Como prévia ideação contém, potencialmente, os sucessivos atos que transformam o objeto em uma nova realidade" (COSTA, 2011, p. 34).

O trabalho seria, assim, a síntese entre causalidade e teleologia, articulação entre objetividade e subjetividade "enquanto categorias distintas e efetivamente existentes" (COSTA, 2011, p. 36). O momento do trabalho no qual a teleologia se transmuta em causalidade posta é a objetivação/ exteriorização. Funda-se aí o ser social, pois ao realizar o ato do trabalho altera-se a objetividade natural, e também o sujeito que executa a ação. Nesses termos, o trabalho é caracterizado como posição teleológica primária. Em resumo,

[...] o trabalho é aquela atividade humana singular que medeia a troca orgânica do homem com a natureza, transformando objetos materiais em objetos sociais. Por meio deste ato singular o homem realiza a síntese entre prévia ideação (teleologia) e realidade natural (causalidade), dando origem a uma causalidade

---

<sup>6</sup> É importante frisar que o processo de trabalho é um ato unitário, dividido por Lukács apenas para dar maior precisão aos conceitos. Assim, ao tratar especificamente da distinção entre objetivação e exteriorização, Lukács nos esclarece que "Marx escreveu com precisão essa duplicidade do trabalho, o que reforça nosso direito de fixar também terminologicamente a existência dessa duplicidade do ato unitário" (LUKÁCS, 2018, p. 506). De fato, estes momentos são inseparáveis. Através do ato do trabalho o objeto natural ganha uma utilidade social. Isso se dá através da objetivação do trabalho naquele objeto natural. Mas este ato de objetivação também significa a exteriorização do sujeito humano, já que no início do processo de trabalho o homem havia projetado na mente o resultado de sua intervenção sobre aquela matéria natural.

posta (ser social). Neste sentido originário e preciso, o trabalho é uma posição teleológica primária por meio da qual o homem age sobre a natureza com a finalidade de produzir valores de uso (COSTA, 2011, p. 59-60).

Quanto às posições teleológicas secundárias, estas são as demais posições teleológicas diferentes do ato do trabalho, responsáveis pelas relações entre os homens e destes com a sociedade. Desenvolvem-se concomitantemente à atividade laborativa, mas não se confunde com o trabalho. De acordo com Costa (2011, p. 80), as posições teleológicas secundárias

Compõem o conjunto de atos que caracterizam a totalidade do mundo dos homens como complexo de complexos, participando da constituição da interioridade das pessoas e do desenvolvimento humano enquanto processo histórico.

A partir do momento em que a práxis social encontra-se mais elevada, estas posições teleológicas secundárias destinam-se a mediar o comportamento dos homens, com o objetivo de atender à reprodução da totalidade social. Assim,

Do desenvolvimento social do trabalho resulta que a interioridade do sujeito acaba também por se tornar objeto de ação de posições teleológicas do sujeito. As tarefas requeridas para tal empreendimento adquirem uma qualidade diversa da ação direta sobre a natureza (COSTA, 2011, p. 65).

As posições teleológicas secundárias dirigem-se, dessa maneira, para outros fins, diferentes da realização do processo de trabalho. Mas apesar de não se conectar diretamente à produção material, exercem importantes funções na reprodução e na manutenção tanto da esfera econômica, como da sociedade como um todo.

O momento de identidade entre a posição teleológica primária e as posições teleológicas secundárias está na escolha entre alternativas, que vem a ser um complexo ideológico mediador no qual o reflexo da realidade se apoia para realizar determinada posição teleológica. A escolha entre alternativas é o momento ideal posterior ao ato teleológico (seja ele primário ou secundário), que dirige toda a ação. Ao produzir o novo, o homem faz escolhas entre alternativas, fazendo a consciência transformar em ato a

potencialidade elaborada como prévia ideação. Para isso, carece do conhecimento o mais aproximado o possível do objeto sobre o qual incide a ação. Mas a identidade entre posição teleológica primária e posições teleológicas secundárias termina aí. No caso da posição teleológica primária, ou seja, do ato do trabalho, "são necessárias decisões tomadas sempre sobre uma base de conhecimento dos processos naturais do objeto e de suas relações causais" (COSTA, 2011, p. 75). Já nas posições teleológicas secundárias,

[...] para induzir a uma posição teleológica desejada, para conduzi-los a realizar uma ação, é necessário "um conhecimento sobre o modo pelo qual os homens são feitos, sobre as suas recíprocas relações sociais e pessoais" (455), que possa gerar tomadas de posição entre alternativas para o agir ante o ser social (COSTA, 2011, p. 75).

Nas posições teleológicas secundárias, a escolha entre alternativas se dá em circunstâncias que o homem não pode prever ou controlar completamente, gerando um coeficiente de incerteza. As reações humanas condicionam a volatilidade dos complexos ideológicos secundários, só sendo possível conhecer as suas tendências *post festum*.

Ou seja, o fato de que os homens pensam e reagem positiva ou negativamente diante de situações que encontram diante de si torna ainda mais complexa a captura do objeto e o conseqüente desenvolvimento das ações. De maneira que, no âmbito da intencionalidade, as operações laborais se caracterizam por um fim único, bem determinado, enquanto nas teleologias secundárias dirige-se a um variado campo de reações humanas (COSTA, 2011, p. 78).

A partir da constituição da sociabilidade de classes, e das contradições a ela inerentes, as posições teleológicas secundárias ganham corpo, tornando-se a base ontológica, espiritual-estruturante, da ideologia. Para Lukács, ideologia não equivale ao conceito de falsa consciência, em dois pontos fundamentais: 1) por identificar no trabalho a base ontológica da ideologia; 2) por definir a ideologia como sendo uma função na reprodução social, enquanto ato humano efetivamente existente e operante sobre os conflitos do cotidiano, que pode se expressar na forma de ideia ou atividade prática. De modo geral, as ideologias são entendidas por este autor como instrumentos com os quais os homens enfrentam os problemas da cotidianidade.

Ainda na esteira de Lukács, a autora vai destacar o duplo caráter da ideologia: ampla e restrita. A ideologia ampla emerge da cotidianidade, locus de conflitos a resolver, enfrentados mediante formas ideológicas. No entanto, apesar de nascer de uma demanda posta na cotidianidade, a ideologia ampla não se detém nesta última. Como assevera Costa (2011, p. 84-85):

[...] qualquer resposta que os homens venham a formular em relação aos problemas decorrentes do seu ambiente econômico-social pode tornar-se ideologia ao orientar a prática social, conscientizá-la e operacionalizá-la. De fato, a ideologia, em sentido amplo, se manifesta permanentemente na vida social, não é uma expressão circunscrita aos momentos de crise, nem aos conflitos de interesse entre os homens.

A filosofia e a arte, por exemplo, cumprem a função de ideologias amplas. Estas atuam para além da vida cotidiana, sem a intencionalidade de exercer qualquer função direta na reprodução econômica propriamente dita. Volta-se para a resolução dos conflitos sociais do homem, mas de um ponto de vista genérico. Desse modo,

Distanciam-se da ação prática imediata, situando-se na proximidade de questões que dizem respeito aos problemas da generalidade e da individuação, com implicações na relação entre homem e mundo, ou seja, à sociedade e aos indivíduos como gênero humano (COSTA, 2011, p. 141).

As ideologias amplas não possuem um aparato institucional ao qual estejam ligadas para operacionalizar suas generalizações. Mesmo assim, a sua influência espalha-se pelo tecido social.

No que tange à ideologia restrita, partindo da sociabilidade de classes, o conflito social se apresenta como uma problemática inerente à realidade dos homens, fazendo com que as sociedades produzam concretamente instrumentos para a resolução destes conflitos na forma de ideologia. Portanto, a ideologia restrita está ligada ao seu entendimento como instrumento de luta social.

Nas sociedades de classe os homens combatem os conflitos sociais por meios ideológicos, visto que este é um meio através do qual os homens tomam ciência

dos conflitos e elaboram os instrumentos mais adequados para solucioná-los (COSTA, 2011, p. 86).

Assim, a ideologia restrita cumpre o papel de instrumento de luta social, quando no interior dos conflitos sociais gerados na sociabilidade de classes. Ao passo que os conflitos sociais se apresentam como uma realidade na vida dos homens, as sociedades de classe produzem instrumentos para lidar com estes conflitos, na forma de ideologia restrita, que se manifestam no direito e na política, por exemplo. A ideologia restrita é marcada “pelo objetivo mais ou menos restrito que lhes compete [*aos complexos sociais*] e pelo tipo de eficiência que caracteriza cada um deles, tendo sempre à ontologia da vida cotidiana como ponto de partida e de chegada” (COSTA, 2011, p. 139, grifos nossos). Os complexos ideológicos de caráter restrito correspondem, de forma geral, aos conflitos sociais derivados do contexto produtivo, transitando entre a regulamentação das atividades econômicas e suas manifestações conflituosas, e os conflitos que versam sobre o ser social em sua globalidade. Dessa forma, a ideologia restrita trata da relação do ser social como um todo, e precisa ser resolutivo em relação aos problemas de que trata. Para operacionalizar suas generalizações, tem o apoio de uma estrutura institucional dotada de relativa autonomia.

De modo geral, o decisivo para identificar um pensamento como ideologia é a sua função social, qual seja, a de tornar-se “veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam estes, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade [...]” (COSTA, 2011, p. 90). A ideologia nasce no cotidiano, e a ele retorna como resposta aos contextos conflituosos que os homens produzem no seu processo de socialização.

Uma vez entendido os conceitos de trabalho e de ideologia para Lukács, pelos olhos do estudo realizado por Costa (2011), vejamos como esta autora identifica o significado social do Serviço Social diante da realidade concreta que se apresenta à profissão.

## O SERVIÇO SOCIAL COMO COMPLEXO IDEOLÓGICO

Enquanto troca orgânica com a natureza, posição teleológica primária, a categoria trabalho aparece na tradição marxista como sendo o complexo fundante do mundo dos homens, a partir do qual derivam as demais posições teleológicas. Assim, o trabalho possui uma prioridade ontológica diante das posições teleológicas secundárias. Estas posições teleológicas secundárias, por sua vez, somente de forma muito mediada destinam-se à troca orgânica com a natureza. Ou seja, estas servem à reprodução da natureza de forma indireta, sem realizar a função precípua da categoria trabalho - de transformação da natureza em benefício do homem, a fim de satisfazer alguma necessidade posta. As posições teleológicas secundárias agem sobre as consciências humanas, regulando as práticas dos indivíduos na vida cotidiana. Em relação ao trabalho, as posições teleológicas secundárias possuem uma autonomia relativa, agindo sobre as suas respectivas particularidades. A prioridade ontológica do trabalho em relação aos demais complexos sociais, assim como a autonomia relativa das posições teleológicas secundárias, não significa o estabelecimento de uma relação hierárquica entre estes. Significa apenas que o trabalho está sendo reconhecido como base ontológica das demais esferas do complexo de complexos.

Com a complexificação das relações humanas em sociedade, tem-se que o seu conseqüente "desenvolvimento social acaba por criar situações em que atividades que pouco têm a ver com o trabalho no sentido estrito se tornem a base de especializações que um grupo de pessoas façam dela uma profissão" (COSTA, 2011, p. 119). Nesse sentido, profissões que derivam da divisão do trabalho não necessariamente exercerão posição teleológica primária. Ao contrário, algumas destas profissões atuam em funções mediadoras ligadas ao campo dos conflitos humanos/ conflitos de classe. É o caso do Serviço Social que, apesar de ser derivado da divisão social e técnica do trabalho, não desenvolve intercâmbio orgânico com a natureza, cabendo a esta profissão atividades dirigidas a determinadas realidades sociais. O Serviço Social passou a ser demandado a partir da segunda metade do século XIX, no marco do capitalismo dos monopólios, para atuar junto ao Estado na intervenção junto à força de trabalho. Assim,

Cria-se a relação de assalariamento para a profissão, processa-se a abertura de campos de atuação e de formação profissional. De modo que o Serviço Social se inscreve na sofisticada divisão do trabalho que se desdobra a partir daquele momento da sociedade capitalista. Ou seja, o surgimento da profissão tem determinações na complexificação da produção material e na consequente sofisticação da divisão do trabalho capitalista (COSTA, 2011, p. 121).

Claramente, o lugar do Serviço Social na divisão do trabalho não é na *produção objetiva* da riqueza social, ou seja, na esfera econômica. Sua função social revela-se na *base reprodutiva* da relação dos homens em sociedade. Outro elemento que corrobora esta ideia assenta-se na análise da questão social enquanto amplamente difundida matéria-prima da ação profissional. Sobre isto, afirma Costa (2011, p. 124):

Ora, se é verdadeiro que o objeto da prática profissional se constitui nas expressões da questão social, a "matéria-prima" sobre a qual incide a ação é de uma natureza ontológica essencialmente diferente da matéria-prima própria às posições teleológicas características do trabalho. As expressões da questão social dizem respeito às relações entre os homens, em especial as relações de classe e reação dos homens aos mecanismos de exploração, aos problemas postos pela sociedade e às possíveis respostas elaboradas por esta mesma sociedade.

Temos, assim, que a questão social configura-se como pertencente à esfera das relações humanas numa sociedade cindida pela contradição de classes. Não se interliga - de forma imediata - à transformação da natureza objetiva. Ao dirigir-se à consciência das pessoas, a questão social se enquadra numa posição teleológica diferente do trabalho. É pertencente às posições teleológicas secundárias, na qual os meios possuem uma tarefa mais complexa do que o observado no ato do trabalho, uma vez que lida com a maior volatilidade do coeficiente de incerteza imanado das atividades humanas. Dessa forma, as refrações da questão social "Alicerçam-se na ideia de que condições desiguais de existência social originadas no campo econômico provocam atos de resistência e rebeldia, responsáveis pela tensão entre classes sociais antagônicas" (COSTA, 2011, p. 130). Em sendo a prática do assistente social uma resposta às refrações da questão social, ou seja, uma resposta aos conflitos que emanam das práticas sociais, então o Serviço Social encontra-se dentro dos critérios que o caracterizam como ideologia, de acordo com a teoria de Lukács. Tal como afirma Costa (2011, p. 133-134):



No nosso entendimento, se o Serviço Social exerce uma função no âmbito dos conflitos, a busca de dirigir-se ao comportamento dos indivíduos decorre essencialmente dessa sua prática, enquanto manifestação da função ideológica. Os conflitos derivados da totalidade social manifestam-se basicamente na consciência dos indivíduos. Isso significa que o Serviço Social age na realidade tendo por base um momento ideal a partir do qual opera como posição teleológica secundária. Entendemos ainda que, por isso, a prática profissional dos assistentes sociais é perpassada por ações muito próximas aos processos educativos e, muitas vezes, adquirem também dimensão política, inserindo-se no campo das lutas por melhores condições de vida, saúde, educação, trabalho etc.

Estas ponderações enquadram o Serviço Social no complexo ideológico em sentido restrito, ou seja, o Serviço Social como meio de resolução de conflitos cotidianos, conflitos estes derivados do contexto produtivo. Enquanto atividade que tem uma dimensão política, também reforça sua posição no interior da ideologia restrita.

No entanto, existem outras características que aproximam o Serviço Social da ideologia no seu sentido amplo: a profissão não possui uma estrutura institucional dotada de relativa autonomia, na qual opere suas generalizações. Da mesma forma, o Serviço Social também produz generalizações que não dizem respeito ao conflito social cotidiano, sendo macroestruturais:

São pensamentos que dizem respeito à produção e reprodução do gênero humano. Essa perspectiva se preocupa com as grandes interrogações no campo da ética; a relação entre sociabilidade e individuação; a produção e reprodução dos indivíduos autenticamente genéricos; o problema da liberdade e de outros valores humanos; os impedimentos na construção de uma sociedade humana e solidária; entre outros. Problemáticas que vão muito além do conflito de interesses ou da simples reprodução material dos homens em suas expressões cotidianas. Denotam preocupação com as origens e destino da genericidade humana (COSTA, 2011, p. 143-144).

Costa (2011) argumenta, partindo dos pontos expostos, que o Serviço Social é um complexo ideológico que se movimenta entre a ideologia ampla (como momento ideal no qual se volta aos problemas do gênero humano) e restrita (por dirigir-se aos conflitos mais imediatos da sociabilidade humana no interior da luta de classes). A autora afirma que a igualdade que se estabeleceu entre Serviço Social e trabalho, expressa nas

Diretrizes Curriculares de 1996 e amplamente difundida no interior da categoria profissional, é derivada de uma imprecisão teórica, que desaguou numa confusão entre práxis sociais distintas, quais sejam o trabalho no seu sentido ontológico e as posições teleológicas secundárias (dentre as quais se situa o complexo ideológico). Por não executar transformação orgânica da natureza, o Serviço Social não se enquadra na categoria trabalho, tal qual descreveu Marx. Esta profissão aproximar-se-ia muito mais do que Lukács descreveu como ideologia, ou seja, como atividade que exerce uma função nos conflitos humano-sociais, e cujo objeto de ação - a questão social - é ontologicamente distinto da objetividade natural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, buscamos explicitar as duas principais linhas de entendimento do significado social do Serviço Social na atualidade. A primeira delas compreende ser a profissão derivada da divisão social e técnica do trabalho, e que desaguou na identidade entre Serviço Social e a categoria trabalho, enquanto transformação da natureza e participe da produção da riqueza material da sociedade. Esta perspectiva está expressa nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social de 1996, de base marxista. Constitui-se, ainda, como a visão dominante no interior da categoria profissional. A segunda concepção do significado social da profissão foi desenvolvida ao final da década de 1990, por ocasião da dissertação de mestrado de Gilmaisa Macedo da Costa. Esta autora, à luz da teoria social de Lukács, defende que o Serviço Social não executa trabalho no sentido ontológico descrito por Marx. Como resultado dos seus estudos tem-se que o Serviço Social enquadra-se como um complexo ideológico, transitando entre ideologia ampla e restrita.

Apesar de todos estes avanços da categoria profissional, Costa (2011, p. 14) argumenta que o debate no plano curricular traz, embora de forma não explícita nas Diretrizes Curriculares de 1996, a proposição de que o Serviço Social entendido como trabalho no sentido ontológico "responderia a uma antiga aspiração do conjunto dos

assistentes sociais, uma maior segurança quanto à sua concepção e aos procedimentos em termos de objeto, meios e fins profissionais". E complementa:

A relação entre trabalho e Serviço Social parece ter encontrado um "porto seguro" no trabalho assalariado, sob o conceito de um corpo profissional que vende a sua força de trabalho ao capital. Porém, mesmo no âmbito desta categoria não alcança caráter resolutivo, porque se confronta com dilemas de conhecimento que ultrapassam os limites do Serviço Social mesmo. Estes dizem respeito à apreensão do ser em sua essência e do capitalismo em sua particular expressão e desenvolvimento, e estão presentes no mundo e no pensamento da atualidade (COSTA, 2011, p. 16).

Dessa maneira, podemos compreender que o entendimento do Serviço Social como trabalho exerceu uma função política importante, demarcada pelo contexto histórico de necessária afirmação de sua prática profissional em novas bases críticas, no período de redemocratização brasileira. No entanto, este não pode ser um impeditivo para o avanço de formas diversas de conceber o significado social da profissão, sob o argumento de que estas seriam uma ameaça à Intenção de Ruptura derivada da Reconceituação e ao projeto ético-político profissional construído nas últimas décadas. Costa (2011) argumenta que a arguição consistente e o debate maduro não ameaçam as conquistas profissionais galgadas pelos assistentes sociais desde a redemocratização. O que ameaça todos os ganhos do Serviço Social, isto sim, é o conservadorismo que a crise atual tem estimulado nas últimas décadas.

Ao tratar do significado social da profissão, Costa (2011) delimita com clareza dois postulados: 1) o Serviço Social não intervém sobre as cadeias causais da natureza, mas sim sobre a prática dos indivíduos e grupos sociais sendo, pois, uma posição teleológica secundária; 2) demonstra nexos entre Serviço Social e ideologia, de acordo com a perspectiva de Lukács, sendo caracterizada por sua função social (que é diferente de falsa consciência), e manifestando características tanto da ideologia em sentido amplo (produzindo conhecimentos científicos preocupados com as questões mais genéricas do ser social) quanto da ideologia em sentido restrito (vinculada à aparição da sociedade de classes e à conversão da ideologia em um instrumento de luta social).

Apesar de a construção teórica de Costa (2011) não ser amplamente aceita ou estudada pelo corpo profissional do Serviço Social, e cujo alcance parece ter ficado

limitado à região nordeste, destaca-se que seu constructo teórico localiza-se no marco da perspectiva histórico-crítica, pois não abre mão dos postulados marxianos na sua análise do Serviço Social. Sendo assim, a autora não renuncia aos avanços alcançados desde o Movimento de Reconceituação, que colocou em cheque o Serviço Social Tradicional (GIANNA, 2020). Esta nova forma de reconhecimento do significado social da profissão vislumbra abrir novos ciclos de investigação e instigar o debate, justamente porque - tal como afirma a própria autora - o conhecimento científico está aberto a novas aproximações, fazendo com que a crítica torne consciente determinadas imprecisões, indo a fundo à apreensão do real.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). História. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>, acesso em 06 de junho de 2023, às 14h25min.

----- Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. Serviço Social em Debate: ser social, trabalho, ideologia. Maceió: EDUFAL, 2011.

GIANNA, Sergio. Presentación a la Edición en Español. In: COSTA, Gilmaisa Macedo da. Trabajo Social en debate : ser social, trabajo, ideología. La Plata: Dynamis, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica (orgs). A História pelo Averso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação Acadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 120, out./dez. 2014.

----- Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

LESSA, Sérgio. Apresentação. In: COSTA, Gilmaisa Macedo da. Pensando Fundamentos e Serviço Social. Maceió: Coletivo Veredas, 2022.

LUKÁCS, Georg. Para uma Ontologia do Ser Social (volume 14). Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Lesliane. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os Valores Éticos e Políticos para a Formação Profissional em Serviço Social. In: Revista Temporalis, Brasília, ano 16, n. 32, jul./dez. 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de S; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciana; TEIXEIRA, Marlene (orgs). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.